

A Escola Nova: uma proposta pedagógica para a construção do mundo moderno

Anamaria Casasanta Peixoto

Dra. em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Consultora do Centro de Referência do Professor/SEE - MG e Professora do Programa de Pós - Graduação em Educação da PUC/MG.

O século XIX é de grande importância na história ocidental. As novas técnicas de produção, geradas na Europa pelo avanço da ciência e da tecnologia intensificam o maquinismo, provocando sensíveis mudanças na indústria, na agricultura, nos transportes e nas comunicações.

A concentração capitalista, o notável crescimento da produção do consumo, o desenvolvimento de um mercado industrial indicam o surgimento de uma nova era na história - a era industrial. O grande progresso na área científica e tecnológica provoca profundas mudanças no plano social e cultural. A concentração dos operários nas fábricas e sua intensa exploração determinam o surgimento de um socialismo ativo e revolucionário, introduzindo, de forma definitiva, a presença do proletariado urbano no "panorama" político, social e cultural. Tudo isto repercute intensamente no campo político e social, desafiando as classes dirigentes, instigando os intelectuais e cientistas e colocando em discussão as instituições sociais vigentes.

Neste contexto, no final do séc. XIX e no início do século XX, desenvolvam-se em solo europeu e norte-americano inúmeras experiências educacionais. Estas iniciativas apontam para o surgimento de uma nova concepção de educação que, incorporando os avanços da Psicologia, da Biologia e da Sociologia na compreensão da criança e dos processos de aprendizagem humana, pudesse preparar os indivíduos para os desafios dos novos tempos. Tais experiências têm, em comum, o fato de terem sido desenvolvidas em internatos situados no campo, procurando integrar a educação à vida dos alunos. Nelas se incentivam as atividades em grupo e um ensino teórico ligado ao conhecimento prático da natureza e da vida social, que se procura reproduzir, em dimensões reduzidas, na própria comunidade escolar.

Entre estas experiências, destacam-se: a Escola de Abbotshomme, pelo Dr. Riddie, na Inglaterra, em 1889; a Escola de Bedales, pelo Dr. Badley, na Inglaterra, 1893; os Laboratórios de Educação no campo, pelo Dr. Lietz, na Alemanha, em 1898; a École des Roches, por E. Demolins, na França, em 1899; a Escola Primária Universitária, por John Dewey, em Chicago, nos Estados Unidos, em 1896.

Simultaneamente, publicam-se os primeiros trabalhos de observação experimental da aprendizagem e se realizam os primeiros ensaios de medida das capacidades mentais dos alunos, e do rendimento do trabalho escolar. No final do séc. XIX, o movimento já se encontra em franco processo de consolidação possuindo adeptos em número suficiente para compor uma entidade de caráter internacional - o Bureau Internacional des Ecoles Nouvelles. Criado por Adolphe Ferrière, em 1899, na França, esta organização tinha como objetivos: estabelecer uma relação de estabelecimentos de ensino escolanovista, promover contato entre eles, organizando e divulgando os resultados obtidos; estimular e fornecer a experimentação de novos métodos de ensino; divulgar os princípios da educação renovada, editar uma revista informativa; atuar junto aos governos para a introdução do novo modelo de organização escolar nos sistemas de educação pública. O movimento se expande e surgem vários laboratórios pedagógicos, como por exemplo, a "Société libre pour l' étude de l' Infant", na França e a "Child Study Society", na Inglaterra, em 1910.

Em 1903, surgem, na Itália, as primeiras "Escolas Serenas" e, pouco mais tarde, as "Casa das Crianças". Em 1911, inaugura-se, em Genebra, o "Instituto Jean Jacques Rousseau".

Nestas instituições, Ferrière, Claparède, Dewey, Kilpatrick, Montessori, Cousinet, Piaget, Jânnet, Parkhurst, Freinet, Bovet, entre outros, registram em ensaios, obras de revisão e elaboração conceitual, o intenso trabalho de investigação dos processos educativos e de testagem de novos métodos pedagógicos.

Mas este movimento de circulação das novas idéias é interrompido, em 1914, com a eclosão da 1ª Guerra Mundial.

" A história do homem torna-se, cada vez mais, uma corrida entre a educação e a catástrofe". (H. G. Wells, 1920)

[A guerra imprime maior intensidade ao processo de mudança social, iniciado com o avanço da indústria e a consolidação da ordem burguesa. A perplexidade face aos problemas sociais, motivado pelas pressões das massas; as necessidades de qualificação da mão-de-obra e o temor de uma nova guerra levou à crença de que a escola, por sua importância na construção do indivíduo e conseqüentemente, da sociedade, seria a solução para estes problemas. É este novo poder atribuído à escola que possibilita a retomada do movimento escolanovista.

A universalização da educação elementar nos E.E.U.U. e em vários países da Europa colabora para atirar por terra o mito de fundo enciclopedista de que a difusão da escola por si só, garantiria o progresso das sociedades.

O modelo pedagógico vigente, com seu apego à tradição, dava evidentes sinais de esgotamento. A ênfase na memorização e no individualismo fazia da escola um verdadeiro resíduo do mundo medieval, onde se formavam indivíduos letrados, padronizados, sem nenhum espírito de iniciativa e de solidariedade, pouco adaptáveis às novas situações impostas pelo meio social. Era, pois, necessário rever os fundamentos e as formas da ação educativa, bem como, planejá-la e difundi-la. O novo modelo, defendido pelos escolanovistas, propõe uma verdadeira Revolução Copérnica na educação ao fazer da criança, de suas formas de pensar, sentir e agir, o centro da educação.

Nesta perspectiva, a educação deve se basear na atividade da criança, na sua individualidade e no espírito de sociabilidade inerente aos seres humanos. A educação deve ser, antes de tudo, um processo natural de desenvolvimento do ser humano e de adaptação e integração ao meio social. Em outras palavras, a educação deve ser funcional, não podendo, desta forma, ser divorciada da vida real. Em síntese, **a educação é vida e não preparação para a vida.** O caráter de funcionalidade, atribuído ao processo educativo, faz com que os adeptos da Escola Nova a consideram uma resposta às necessidades impostas pela sociedade industrial, sociedade esta que tem, na mudança, sua

Uma educação para problemas e não para respostas.

Seus métodos, em oposição ao Método tradicional, se voltam para a busca de solução de problemas relacionados ao cotidiano dos alunos. Buscam eles formar indivíduos ativos, capazes de julgamento próprio, preparados, assim, para enfrentar os desafios de uma civilização em mudança.

A preocupação em garantir um ensino ativo determinou, particularmente na vertente norte-americana do movimento de educação reunida, maior ênfase nos métodos. Este fato ocasionou, muitas vezes, a identificação do movimento com os métodos, colocando em segundo plano aspectos relevantes da proposta pedagógica, tais, como a aferição, com base nos recursos da ciência, dos talentos e aptidões dos alunos, para a aprendizagem.

Entre esse métodos de destacam: o plano Dalton; o sistema Winnetka; o sistema de unidades didáticas de Novisson, o centro de Interesses de Decroly; o sistema Montessori, o Método de Projetos etc.

Estes últimos, ainda hoje adotados em nossas escolas, especialmente o Método de Projetos, retomado pelo Construtivismo, em grande voga atualmente no país. Em que prese suas especificidades, estes métodos têm em comum a visão da aprendizagem como um processo de aquisição individual, segundo condições personalíssimas de cada aluno. Neles, os são levados a aprender observando, pesquisando, perguntando, trabalhando, construindo, pensando e resolvendo situações problemáticas. Há uma constante preocupação com a integração do aluno com o meio social, e em fazer da educação um processo natural, voltado para o desenvolvimento da personalidade do aluno e seu ajustamento, sem traumas, na sociedade. O objetivo é fazer da educação um instrumento de melhoria do indivíduo e da sociedade.

A Escola Nova chega ao Brasil

A Escola Nova entra no Brasil na década de vinte, num movimento de grande agitação social e de efervescência política e intelectual, mantendo-se como ideário pedagógico hegemônico até a década de sessenta. Neste período ela inspira os movimentos pela expansão, no país, de uma escola pública, leiga, obrigatória e gratuita e exerce profunda influência na configuração do sistema escolar.

A década de vinte é um dos períodos mais conturbados da história do Brasil. Nele, o país sofre o impacto ocasionado pelo avanço da produção capitalista, acelerado desenvolvimento urbano-industrial, sobre uma economia agrário-exportadora, voltada para o mercado externo. Neste quadro de instabilidade financeira e social, o Brasil vive uma situação de crise, que se reproduz o fenômeno que o capitalismo europeu enfrentava há mais de um século - lutas pela ampliação do estatuto liberal, a fim de atender às pressões democratizadoras, seja das classes operárias, seja das classes médias urbanas. O Brasil se vê neste momento frente a um desafio - encontrar um lugar na nova ordem industrial. A busca de solução para essa crise é a grande preocupação dos anos vinte, mobilizando intelectuais e políticos. Tenta de superar esta situação, o Brasil se, neste momento, no país, uma verdadeira tomada de consciência a respeito dos nossos problemas, o que provoca inúmeras manifestações político-culturais, de que são exemplos a

Semana de Arte Moderna, o Movimento Terrentista, o Movimento Católico, a criação do PC e as lutas em torno da escola.

A educação se torna, então, um dos problemas sociais mais discutidos. A consciência da fragilidade do nosso sistema escolar e de sua importância para a democratização da sociedade, faz com que diferentes seguimentos da sociedade civil se unam na luta pela sua expansão e pela melhoria da sua qualidade. Neste movimento em torno da escola se destacam:

- A criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, no Rio de Janeiro. Iniciativa de um grupo de educadores, do qual faziam parte, entre outros, Heitor Lira, José Augusto, Carneiro Leão, Venâncio Filho, Eduardo Backeheuser, Edgard Sussessink, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Delgado de Carvalho, esta associação, inspirada pelas novas idéias pedagógicas que circulam na Europa e nos Estados Unidos, inicia uma grande campanha em favor da escola no país. Seu objetivo é sensibilizar o poder público e os educadores para os problemas mais cruciantes da educação nacional e para a necessidade urgente de se estabelecer medidas para a sua solução. Sua criação representou a tomada de consciência e o compromisso assumido por um grupo no engajamento, numa luta que iria perdurar por alguns decênios.
- A publicação de obras pedagógicas que, refletindo a influência da Escola Nova, analisam a educação sob o aspecto psicológico e sociológico. Em 1909, Carneiro Leão publica o livro **"A Educação"**, considerado pioneiro neste movimento. Mais tarde, em 1917, 1919 e 1923, Carneiro Leão continua a divulgar suas idéias através de **"O Brasil e a educação popular"**, **"Problema de educação"**, **"Os deveres das novas gerações brasileiras"**. Em 1922, José Augusto publica **"Eduquemos-nos"** e em 1923, Afranio Peixoto publica **"Ensinar a ensinar"**. Em 1930, Lourenço Filho lança **"Introdução ao estudo da Escola Nova"**.
- As reformas estaduais, que indicam o compromisso do poder público com a ampliação da oferta e com a melhoria da qualidade do ensino. Entre elas se incluem a realizada em São Paulo (1920), por Sampaio Dória, no Ceará (1922-1923), por Lourenço Filho; no Distrito Federal (1922-1926), por Carneiro Leão; em Minas Gerais (1927-1928), por Francisco Campos e Mário Casasanta; no Distrito Federal (1928), por Fernando de Azevedo e na Bahia (1928), por Anísio Teixeira. Realizadas em Estados com características bastantes diferentes, essas reformas, embora com alguns traços em comum, apresentam peculiaridades, resultantes das desigualdades originais do País e se manifestam em diversos níveis de realização. Jorge Nagle, em seu livro **Educação e Sociedade na Primeira República**, chamava a atenção para o fato de que, a seu ver, a reforma realizada em São Paulo, por Sampaio Dória, teve caráter essencialmente político. ao passo que, segundo esse mesmo autor, a reforma mineira, realizada por Francisco Campos e Mário Casasanta, caracteriza-se por grande preocupação no tocante ao aspecto técnico-pedagógico do sistema escolar. Em seu conjunto, estas reformas são extremamente importantes pois representam o delineamento de um sistema em que a educação fundamental passa a ter importância e constituem manifestações concretas do processo de mudanças que se verificava no país:

A crise dos anos 20 culmina com a Revolução de 30, que abrindo perspectivas de mudanças no campo político, social e econômico, confere maior significado às lutas em favor da escola. Os membros da ABE encontram, no governo que se instala no país, um clima propício à divulgação e implantação de suas idéias. Estimulados pelo próprio governo, os **profissionais do ensino**, como eram chamados, intensificam sua luta em favor da democratização do ensino. Com o apoio dos políticos liberais, eles defendem a intervenção do estado nos assuntos educacionais e o estabelecimento de uma política nacional de educação, como fatores indispensáveis para a instituição no país de uma rede de ensino público, obrigatório e gratuito.

Estas idéias, consolidadas no Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação, publicado em 1932, embora encontrem resistência nos grupos conservadores, especialmente entre os representantes da Igreja Católica, servem de apoio à política educacional da segunda República em matéria de educação, expressa na Constituição de 1934. Seus pontos altos são o reconhecimento da educação como "um direito de todos" (art. 149); a liberdade de cátedra; a gratuidade e a obrigatoriedade, que deveriam estender-se progressivamente do ensino primário ao ensino secundário, a fim de torná-lo mais acessível (art. 150, parágrafo único); a definição de competências dos poderes públicos no campo da educação (art. 151); a previsão de recursos para a manutenção do ensino (art. 156) e a introdução de medidas capazes de garantir uma organização nacional aos serviços de ensino (art. 150).

O golpe de 1937 marcou um recuo do governo em relação aos compromissos com a democratização do ensino, assumidos em 1934. Este fato provocou uma cisão no próprio movimento dos pioneiros, diante da recusa de alguns em compactuar com o novo quadro político. Apesar disto, a Escola Nova continua a orientar a política educacional do país. Se no primeiro momento o governo assume a vertente de influência norte-americana que, baseada na crença da reconstrução social pela escola, estimula sua democratização, no segundo momento, valendo-se da tendência européia, que insiste - em nome da ciência - na psicologização do sistema educacional, ele faz da escola um instrumento de legitimação do novo regime, utilizando-a, abertamente, como um recurso importante na solução das questões sociais e no combate à subversão. Desta forma, em função da necessidade do atendimento às diferenças individuais e da adaptação do indivíduo ao meio, o governo cria através do art. 129 da Constituição de 1937, o ensino profissional destinado às classes menos favorecidas e introduz, através deste mesmo artigo o Ensino Cívico e a Educação Física, em caráter obrigatório.

A redemocratização e o retorno das lutas pela escola pública

Com o fim do Estado Novo e a reinstalação da democracia no país, as idéias escolanovistas, já neste momento hegemônicas entre os educadores, inspiram as novas lutas que se travam em defesa da escola pública. Este movimento, desencadeado durante longo período de tramitação de uma nova lei de ensino para o país - a Lei nº 4024/61 - tem seu ponto alto em 1950, quando o grupo escolanovista reage às pressões da Igreja e dos empresários no sentido de

obter subsídios do Estado às escolas particulares, além de "liberdade de ensino" (ou seja, suspensão da fiscalização do Estado sobre as escolas particulares).

O ideário escolanovista não está presente apenas nas lutas pela escola pública no país. Ele exerce profunda influência na configuração do sistema escolar na medida em que norteia o tratamento das questões educacionais, as formas de organização das instituições escolares, a formação e o trabalho dos docentes. Sua influência se faz sentir nos programas e nos métodos de ensino, nos manuais e nas atividades escolares.

A Escola Nova desempenhou no país um papel ambíguo. De um lado, ela se revelou avançada, na medida em que estimulou e sustentou as lutas em torno da expansão da escola pública, que se sucederam desde a década de vinte até aos anos sessenta. E, neste sentido, provocou, por parte do governo, medidas visando a democratização do ensino.

Por outro lado, ao insistir na socialização do aluno sem nenhuma crítica à sociedade e na sua adaptação ao meio, segundo talentos e aptidões cientificamente aferidos a partir de testes bio-psicológico - a exemplo do que ocorreu noutros países - A Escola Nova imprimiu caráter material a estas diferenças, ocultando sua origem social e determinou a oferta de um ensino diferenciado. Desta forma, ela acentua estas diferenças e colabora para a manutenção do status.

Por isto, é hoje considerada uma proposta pedagógica a serviço dos interesses da burguesia. Este traço conservador é visto, por muitos, como a razão de sua presença em contextos sociais diametralmente opostos. Na Europa, por exemplo, ela esteve presente simultaneamente na França democrática e na Itália fascista. Nos E.E.U.U. surge antes da 1ª guerra e se mantém hegemônica no período do "Newdeal". No Brasil, ela chega num momento de efervescência democrática, sobrevive nos tempos sombrios da ditadura Vargas e permanece até à década de sessenta. Neste período, sua ênfase na técnica, reduzindo as questões educacionais ao muro da escola, faz com que se mostre insuficiente para resolver os graves problemas apresentados pelo sistema educacional brasileiro, expressos nos altíssimos índices de evasão e repetência. Neste momento, o escolanovismo dá sinais evidentes de esgotamento, abrindo caminho ao Tecnicismo.

Um balanço do movimento

Em que pesem as críticas, a Escola Nova trouxe avanços significativos à educação brasileira. Ao reconhecer na educação um campo específico de estudo, passível de uma abordagem científica, ela faz com que o governo estimule a pesquisa e se empenhe na formação de profissionais para esta área. Neste sentido, a ciência pedagógica avança consideravelmente no país, dando origem a uma significativa produção científica na área, documentada sobretudo em livros e manuais escolares. A importância atribuída ao professor na condução do processo educativo, faz com que o estado invista na sua preparação, reformulando e ampliando os cursos de formação para o magistério, valorizando sua formação e impondo ao aluno padrões de exigências compatíveis com o exercício profissional. A ênfase nos métodos, a

intensifica a produção de obras voltadas para o mestre e de materiais didáticos para uso em sala de aula. Estimula ainda a criação de laboratórios pedagógicos e de classes experimentais.

A Escola Nova em Minas

No que diz respeito à educação mineira, a introdução do ideário escolanovista, a partir da Reforma Francisco Campos - Mário Casasanta (1927-1928) representa verdadeiro divisor de águas na história do ensino no Estado. Ao insistir no estudo da criança, ao reconhecer na infância uma fase importante do desenvolvimento humano, ao enfatizar a participação e atividade do aluno no processo de aprendizagem, ao valorizar outras formas de expressão além da linguagem oral e escrita, ao estabelecer novos padrões de relacionamento entre professor e aluno, a Escola Nova colaborou para suavizar a disciplina, eliminando os castigos físicos nas escolas e para tornar o ensino mais acessível à criança. A Reforma estimulou a busca de novos caminhos para superar as dificuldades encontradas pelos alunos na aprendizagem, introduzindo a pesquisa nesta área. Finalmente, ela trouxe a arte e o brinquedo para a escola. Um novo clima se instala nas escolas. A alegria que domina as escolas mineiras graças ao novo ar que nelas circula é registrada pelo poeta Drummond, arguto observador do que se passava em Belo Horizonte, naquela época.

Disse o poeta: " - Doutor, tenha a bondade de reparar como o ensino se tornou amável. Veja a alegria dessas professoras bonitas e inteligentes clareando ainda mais esses largos pátios, esses salões amplos. Tenha a paciência doutor, mas no seu tempinho não era assim não".

Bibliografia

ANDRADE, Carlos Drummond. Mme. Artus. In: Crônicas 1930-1934, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 1987, p. 34.

BUFFA, Ester. Ideologia em conflito: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CURY, Carlos R. J. Ideologia e educação brasileira. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

Di Giorgi, Cristiano, Escola Nova. São Paulo: Ática, 1986.

DEWEY, John Como pensamos. São Paulo, Nacional, 1959.

Lourenço Filho, M. B. Introdução ao estudo da Escola Nova. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. A educação no Brasil, anos vinte. São Paulo: Loyola, 1983.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira . História da educação no Brasil, 1930/1973. Petrópolis. Vozes, 1978.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1983.

SNYDERS, George. Pedagogia progressiva: Coimbra; Livraria Almedina, 1974.